EMENTA:

ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS DE ADVOGADO FALECIDO. REPRESENTAÇÃO JUDICIAL PELO ESPÓLIO. POSSIBILIDADE. FALTA DE PROVA PERICIAL DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS POR PROFISSIONAL COMPETENTE. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 22 DA LEI Nº 8.906/94 (ESTATUTO DA OAB). SENTENÇA ANULADA. RECURSO PROVIDO.

ACÓRDÃO.

VISTOS, RELATADOS e DISCUTIDOS estes autos de apelação cível nº 215.145-1, da 18ª Vara Cível da Comarca de Curitiba - PR., em que é apelante: ESPÓLIO DE ROBERTO PINTO RIBEIRO e apelado: ENIO DOS REIS E OUTROS.

ACORDAM os Juízes integrantes da Décima Câmara Cível do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso de apelação cível nº 215.145-1, da 18ª Vara Cível da Comarca de Curitiba - PR.

I - RELATÓRIO.

O autor, representado pela inventariante, propôs ação de arbitramento judicial de honorários advocatícios contra os réus, requerendo a nomeação de perito para estabelecer o valor dos honorários advocatícios devidos, tendo sido aditada a inicial para requerer o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, e, emendada novamente, para serem os honorários, após arbitrados, executados nos próprios autos.

Os réus ofereceram contestação, argüindo em preliminar: carência de ação por ilegitimidade ativa de parte; e alegando no mérito: má-fé da parte autora por omitir o fato de que houvera sido firmado o contrato cabendo à essa a parcela correspondente a 10% sobre o total apurado em liquidação de sentença.

A sentença de fls. 169/172 julgou procedente o pedido para arbitrar o valor dos honorários em 7,5% dos valores recebidos pelos réus, atualizados e acrescidos de juros. Condenou ainda, os réus, ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios fixados em R\$ 1.000,00.

Os réus opuseram embargos de declaração, ao qual não foi dado provimento, contra decisão que afirmou não terem os réus comprovado o repasse de valores a título de honorários ao espólio, afirmando que foram juntados os documentos às fls. 142 e seguintes.

Inconformado, o autor interpôs recurso de apelação, alegando que a perícia técnica constitui elemento de prova essencial ao estabelecimento do "quantum debetur" e que o contrato, pelo motivo de ter sido trazido aos autos extemporâneo, não pode servir de suporte para a decisão apelada.

Respondido o recurso, o autos vieram a este tribunal.

É o relatório.

II - VOTO E SEUS FUNDAMENTOS.

Presentes os pressupostos de admissibilidade (intrínsecos e extrínsecos), conheço do recurso interposto pelo autor.

Não há dúvida de que no caso em discussão houve a prestação dos serviços profissionais pelo falecido advogado, ora representado por seu espólio.

Conforme a jurisprudência desta 10ª Câmara Cível, em sua composição isolada: "ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROCEDIMENTO SUMÁRIO. ALEGAÇÕES DE EXISTÊNCIA DE CONTRATO VERBAL DE

HONORÁRIOS. FALTA PROVA PERICIAL DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS POR PROFISSIONAL COMPETENTE. SENTENÇA ANULADA.” (Apelação Cível nº 187.159-2 - Ac. 89-XCCV . Julg. 14/06/2002).

Assim sendo, verifica-se que, o MM. Juiz de primeiro grau, ao invés de determinar o arbitramento por profissional competente (advogado), para se apurar o valor devido dos honorários, através de perícia, nos moldes do que dispõe o art. 22 da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil), houve por bem, julgar a ação para condenar os apelados ao pagamento de 7,5% (sete virgula cinco por cento) sobre os valores recebidos pelos apelados

Ressalte-se que o pedido do apelante é de arbitramento de honorários, e assim sendo, é indispensável a realização de prova pericial para possibilitar o arbitramento dos honorários devidos em decorrência da prestação dos serviços pelo falecido causídico, sendo necessário para tanto a nomeação, pelo MM. Juiz “a quo”, de um perito profissional do ramo da advocacia, o qual, dentro de sua experiência técnica, irá proceder a perícia a fim de encontrar o justo valor ou percentual a que faz jus o apelante, levando-se em consideração os seguintes fatores entre outros: (i) a natureza da ação; (ii) o grau de zelo do profissional; (iii) o lugar da prestação do serviço; (iv) o trabalho realizado e o (v) tempo exigido para o seu serviço.

Por tais fundamentos, como não houve prova pericial, de modo que se pudesse arbitrar o condigno valor dos serviços profissionais prestados pelo falecido advogado, hoje representado por seus sucessores, voto no sentido de anular a sentença, a fim e que seja realizada prova pericial, para se apurar o “quantum” dos honorários, em conformidade com as regras do Código de Processo Civil, para que, de conseqüência, possa o MM. Juiz “a quo” proferir sentença líquida.

III - DECISÃO.

ACORDAM os Juízes integrantes da Décima Câmara Cível do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso de apelação cível nº 215.145-1, da 18ª Vara Cível da Comarca de Curitiba - PR.

Participaram da sessão de julgamento e acompanharam o voto do Relator, os Excelentíssimos Juízes do Tribunal de Alçada, Edvino Bochnia, presidente substituto e Macedo Pacheco, vogal. Estando ausente justificadamente o juiz João Kopytowski.

Curitiba, 08 de novembro de 2002.

CARLOS MANSUR ARIDA

Juiz Relator